

- 275
- 1) Participou da prisão de Eliza Tieko Yoneza.
2) soube da tentativa de suicídio de Pedro Ivo Furtado.
3) Acompanhou aguns depoimentos de acusados no IPM

SEGUNDA TESTEMUNHA

NOME: ALVARO BELMIRO DOS SANTOS, com 32 anos de idade, soldado, militar - (3º Sgt. do Exército, servindo na 5ª Cia. de P. residente à Rua Francisco Torres nº 422 - Centro, N. Capital); costumes disse nada. Testemunha que prestou compromisso legal dizer a verdade sobre o que souber e lhe fôr perguntado. As peregas que lhe foram feitas respondeu: que no tocante ao inquérito apreço, apenas participou a mandado do encarregado do inquérito, digo, apenas participou, dando cumprimento a mandado de prisão pedido contra a denunciada Eliza Tieko; que desconhece os fatos critos na denúncia e sua possível vinculação com os acusados; não conhecia a nenhum dos acusados antes da realização do inquérito; que não chegou ao conhecimento da testemunha que hajam os acusados sofridos qualquer tipo de violência ou coação no andamento do inquérito; que soube, através de comentários, que o acusado Pedro Ivo Furtado, no decurso do inquérito, tentou contra a vida, fato ocorrido no local onde se achava detido; Pelo M.P. foi perguntado e la testemunha respondido que chegou a presenciar a tomada de declarações de alguns dos acusados, não se lembrando dos nomes, podendo acrescentar que dita inquirição ocorreu num clima de normalidade. Pela Defesa nada foi requerido. - E, como nada mais disse nem lhe foi perguntado, deu-se por findo o presente depoimento que lido, achado conforme vai assinado na forma da Lei. - Eu, Sidney Pedrof,
Escrive.-Jur. que assino, e,
Eu, Sidney Pedrof, Escrivão, subscrovi.

Sidney Pedrof
Geraldo Zanin, c.º
Assinado a 20 de Julho de 1962

+ Presente:
Alceu Góes da Sculay
Maurício P. J. L.
Sidney Pedrof
Dobrada Slinay
Antônio José Ferreira - P. J. L.
Adriano de Oliveira - P. J. L.

Castro
Wells Sales
GPQ

874

Oldemar Teixeira Soares

BACHAREL EM DIREITO

Inscrito na O. A. B. Seção do Paraná sob n.º 1553

CURITIBA - PARANÁ

Colendo Conselho Permanente de Justiça para o Exército da Auditoria da 5a. Circunscrição Judiciária Militar.

Alegações finais no processo
nº 574.

Pela denunciada

05- Eliza Tielo Yoneza.

A conduta da denunciada foi meramente ideológica. Não tomou parte em nenhuma reunião.

O dinheiro que arrecadava - era normal na época - destinava-se a auxiliar os estudantes presos.

A sua honestidade ressalta-se, pois mantinha uma contabilidade a respeito, para prestar contas a quem de direito do destinado as contribuições.

O informante Abraam Atem, que muito anos exerceu a magistratura no Paraná e em Curitiba, hoje desembargador aposentado, às fls 805, esclareceu as reuniões havidas no apartamento de sua propriedade, na praia de Caiobá.

Explica que seu filho era noivo de uma das participantes e que a finalidade da ida daquelas pessoas ao litoral era para veranear.

Ainda, esclareceu que a reunião se deu na semana da Páscoa do ano de 1969, portanto, antes da vigência do DL nº 898, de 29 de setembro de 1969.

A matéria sub examen não tem nenhuma dimensão, não se podendo deduzir daí a existência de um caldo de cultura subversiva.

É episódio próprio da mocidade, sempre ávida em querer se sobresair na luta por dias melhores para o Brasil.

Não tendo ficado provado nos autos qualquer exteriorização da acusada no sentido de ter querido reorganizar partido político posto fóra da lei, a denunciada espera e confia que o Colendo Conselho julgue improcedente a peça iniciadora da acusação, por um imperativo de

JUSTIÇA

Curitiba, 03 de abril de 1972

Oldemar Teixeira Soares - Advogado

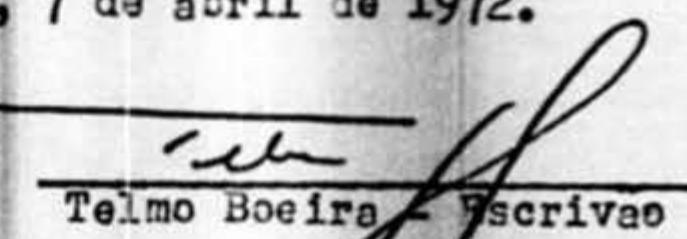
adv.

C E R T I D Ã O

CERTIFICO, para os devidos fins, que o dr. demar Teixeira Soares, patrono dos acusados: ELIZA YONEZA; CLAUDEMIR ONOFRE FELTRIN; EDSON JOSE FELTRIN; WALDIR FELTRIN; JOSUÉ GODOY; MANOEL CEZAR MOTA e VALDE PEDRO FELTRIN, entregou as Alegações Finais em prol de seus defendidos, no dia 3 do corrente, às 13 horas; que o dr. Advogado de Ofício Efetivo o fez em favor de seus defendidos: PEDRO IVO FURTADO e DAISI FUREADO, ontem, às 17 horas; que o dr. Antonio Acir Breda, pelo denunciado EDSON PIETROBON DE SOUZA GOMES, igualmente na data de ontem, às 17 horas; que o dr. Francisco José Ferreira Muniz, favor dos réus: REINOLDO DA SILVA ATEN e SUELY MUNIZ, entrega das Alegações Finais, nesta data, às 11 horas.

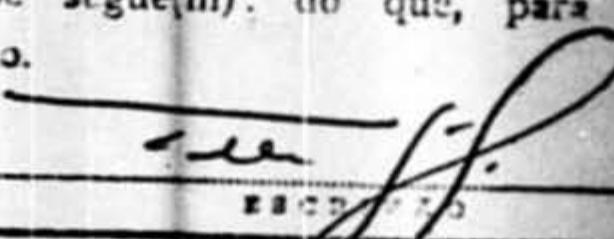
DOU FE, dato e assino.

Curitiba, 7 de abril de 1972.


Telmo Boeira - Escrivão

J U N T A D A

Aos dias 7 do mês de abril de 1972
na Auditoria da 5ª Circunscrição Judiciária Militar,
faço juntada a estes autos do(s) documento(s) que
adiante se segue(m): de que, para constar lavrei
este termo.


escrivão

aguy.

1093

Oldemar Teixeira Soares

BACHAREL EM DIREITO

Inscrito na O. A. B. Seção do Paraná sob n.º 1553

CURITIBA - PARANÁ

2

" que através do encarregado do inquérito tomou conhecimento a testemunha de aspectos globais gerais, referentes a aspectos de participação dos denunciados "

" que desconhece os fatos descritos na denúncia e sua possível vinculação com os acusados "

" que não conhecia a nenhum dos acusados antes do inquérito "

O processo ficou sem prova.

Em recente julgado, que se ajusta perfeitamente ao caso em tela, esse Egrégio Tribunal decidiu :

" Acórdão à apelação nº 37.985 - Estado da Guanabara. Ementa. O ônus da prova compete ao acusador e, não, ao acusado. Se aquele - no caso o Ministério Público - deixa de provar o alegado, é injustificável a punição. Dá-se provimento ao apelo do acusado. Relator - Ministro Dr. Alcides Carneiro " (Apenso ao nº 179 do D.O. + Parte III - do Estado da Guanabara, de 20 de setembro de 1972 - pág 507).

-
Assunto, data vénia, de grande relevância jurídica foi levantada na sessão de julgamento (Ata da nº 66, que se encontra às fls 1039).

O absolvido Valdeci Pedro Feltrin, à época dos fatos narrados na peça vestibular do MP, só tinha 17 anos de idade.

Como é sabido, a Lei de Segurança não é Lei Penal Militar.

O Código Penal Militar, por isso, não é lei subsidiária daquela.

Aliás, a LSN só fala no Código de Justiça Militar, hoje, CPPM, não fazendo, em nenhum dos seus artigos, qualquer referência ao Código Penal Militar.

O artigo 23 do Código Penal Comum, em vigor, determina :

" Os menores de dezoito anos são penalmente irresponsáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial "

1094

Oldemar Teixeira Soares

BACHAREL EM DIREITO

Inscrito na O. A. B. Secção do Paraná sob n.º 1553

CURITIBA - PARANA

3

Por outro lado, o artigo 10 do mesmo Código preceitua:

"As regras gerais deste Código aplicam-se aos fatos incriminados por lei especial, se esta não dispõe de modo diverso".

A Lei de Segurança Nacional é uma norma penal especial, não dispondo, em nenhum dos seus 107 artigos, de qualquer contrariedade ao princípio estabelecido no artigo 10 do Código Penal Comum.

A responsabilidade penal do menor prevista nos artigos 50 e 51 do Código Penal Militar, de 1969, é frente aos crimes militares enumerados nos artigos 9º e 10º do aliudido Código.

Pelo que, a inimputabilidade de Valdeci Pedro Feltrin deve ser reconhecida por esse Egrégio Superior Tribunal Militar.

Contudo, a respeitável sentença prolatada, pelos seus jurídicos fundamentos não merece nenhum reparo, devendo, portanto, ser mantida, por um princípio de

JUSTIÇA.

Curitiba, 12 de outubro de 1972

Oldemar Teixeira Soares - advogado.

Amilton Padilha - 1095
Advogado
CPF 000000729
CURITIBA - PARANÁ

EGRÉGIO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

CONTRA RAZÕES DE RECURSO, pelo acusado
GILBERTO BUENO COELHO.

EMÉRITOS CULTORES DO DIREITO E DA JUSTIÇA!

Diante dos conceitos básicos sobre a Segurança Nacional, emitidos pela Lei, pela Doutrina e pela Jurisprudência, quais sejam, dentre outros o mais importante, preservar o "status quo" político da Nação, nada mais nada mais certa que a decisão proferida nestes Autos.

O especialismo desses textuários superlativa-se e transpõe os quadros das próprias leis especiais outras para exigir uma interpretação adequada ao espírito e aos propósitos do legislador, sem o desprezo de uma fria análise da conjuntura em que foram praticados os delitos, cuja repressão objetiva. Assim, o espírito e os propósitos do legislador podem ser afetados por situações concretas imprevisíveis.

Ao reconhecer o Colendo Conselho Permanente de Justiça para o Exército, que o acusado não praticara / qualquer crime contra a Segurança Nacional, revelou, inequivocamente, que vem atendendo, com correção, ao espírito da lei, na sua aplicação.

O Ministério Público Militar, em suas razões de recurso, nada trouxe que autorizasse a modificação da sentença, eis que, baseia-se nos mesmos fatos e nas mesmas provas invocadas no julgamento da questão, no Juízo "a quo".

Na falta de prova testemunhal e documental sobre o fato delituoso descrito na peça acusatória inicial, que teria praticado este acusado, socorre-se dos depoimentos de pessoas que teriam presenciado a "confissão" do mesmo, na fase do Inquérito Policial Militar.

Calcado neste argumento, de que a confissão livre e espontânea, vale como prova, pede a sua condensação.

Partindo desta premissa falsa, perguntamos: e se o acusado não foi ouvido, em interrogatório, na fase

Amilton Padilha

Advogado
CPF 00000000000
CURITIBA - PARANÁ

policial? Se concordarmos com a tese do Ministério P^úbl^{ico}, fatalmente teria que ocorrer a absolvição d^este acusado por falta absoluta de provas, visto que, o mesmo não foi interrogado e nenhuma prova carreada aos autos, faz qualquer referência a este acusado.

Além d^este argumento, entretanto, souberam os julgadores aferir, com sabedoria, se os atos que teriam sido praticados pelo acusado, autorizariam a sua condena e concluiram que a Segurança Nacional não foi sequer ameaçada e por isto seria injusto e contrário às finalidades da Lei condená-lo.

Assim sendo, que se faça JUSTIÇA, com a confirmação da respeitável sentença recorrida.

Curitiba, 13/outubro/1972

[Signature]
AMILTON PADILHA - 2º Substº Adv.Of.
Defensor Nomeado

Egrégio Superior Tribunal Militar

1097

Contra razões de apelação, pelo
acusado

ANTONIO EDSON URBAN.

Srs, Ministros.

O epigrafado foi acusado de crime de subversão, infração do artigo 43 do Decreto lei 898 de 29-9-69, tendo sido julgado e absolvido na Auditoria da 5a. Circunscrição Judiciária Militar.

Por não se conformar com a R. sentença que absolveu este acusado, a dourta Procuradoria Militar ingressou com apelação para esse Egrégio Tribunal Militar, pretendendo a reforma da mesma e consequente condenação do acusado à pena de dois anos de reclusão.

A alegação é o único argumento da dourta Procuradoria Militar é de que R. sentença contrariou a prova dos autos, onde as confissões dos acusados evidenciam o delito e confirmam a prova material obtida com os autos de apreensão de fls. 17 P, 17 Q, 160, 183, 189, 191 e 193. dos autos.

Antes de mais nada é bom que se situe o acusado no plano da acusação. Antonio Edson Urban não confessou coisa alguma e em seu poder nada foi apreendido. Não foram tomadas as suas declarações no IPM e, em seu interrogatório, nada confessou. Os autos de apreensão não fazem qualquer referência ao nome deste acusado. Assim, a prova material e a confissão, referidas pela acusação em suas razões de apelo, não existem com relação a Antonio Edson Urban.

O fato é que não existe qualquer prova contra este acusado, nem mesmo a prova testemunhal. Não há qualquer testemunha que se refira ao acusado em seus depimentos, quer os prestados no IPM quer os prestados em Juízo.

Entretanto, o que nos cabe refutar nestas contra razões, é a afirmação da dourta Procuradoria, da existência do delito. A denúncia se refere a delito praticado com infração do artigo 43 do DL. 898 já referido. Mas a premissa, para que a denúncia possa ser corroborada, é a prova da existência do delito. O delito, porém, não ocorreu, pelo menos em relação ao acusado. Dispensamo-nos de transcrever o mencionado artigo 43, por ser de sobejó, de conhecimento de VV. Exas., e o mesmo fa-

1098

zemos com relação aos atos do acusado. É perfeitamente dispensável nenhuma das contra razões, repisar os acontecimentos para demonstrar a falta de qualquer prova contra Antonio Edson Urban.

O interesse do acusado pelo POC foi apenas teórico e doutrinário, não envolvendo qualquer atividade ou ação subversiva. O acusado procurou conhecer o POC, o que era e qual o seu objetivo, passando a ler e discutir com seus amigos, os seus aspectos globais. Em seu interrogatório negou terminantemente, qualquer atividade com relação ao POC.

O processo traz apenas uma referência sobre o acusado, e esta, por parte de um co-reu, e, essa assim mesmo, não se refere a qualquer atividade subversiva.

O acusado não participou de nenhum ato referido na denúncia, e nem praticou qualquer ato criminoso, e isso mesmo, porque a denúncia inclusive não cita fatos concretos que constituam crime contra a Segurança Nacional. Não houve sequer a tentativa de organização do POC e nem mesmo a tentativa de reorganização de partido semelhante. Nos autos não consta nem sequer a menção de reunião do acusado com membros do Partido comunista, com debates de planos para eclosão de movimento subversivo.

Assim, a R. sentença está acorde com a prova dos autos e não merece qualquer reparo, devendo ser confirmada.

A frase

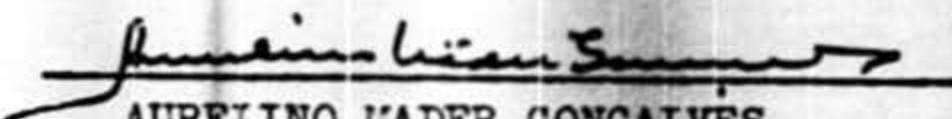
"Entretanto, distância considerável existe entre comportamento inadequado e ação de lituosa"

contida na R. sentença apelada nos diz bem, o que se provou nos autos.

Assim, Antonio Edson Urban espe a a confirmação da R. sentença apelada, por ser de

JUSTIÇA

Curitiba, 16 de Outubro de 1972


AURELINO MADER GONÇALVES

R E P R E S S O R E S

pq: 3

Name	Data	Posto	Fr	UF	Fun	Esp	BNM
ALDIZIO GOMES DA FONSECA RIBEIRO	04/69	AGENTE POL.FED.	08	MG	15	05	143
ALDYSIO CIRNE	04/64	MAJOR	02	BA	15	05	393
ALDYSIO LIBANO DE PAULA	04/70	2.TEMENTE	02	MG	15	06	195
ALTAMIR MARQUES	06/72	POLICIAL	09	RJ	13	06	659
ALTAMIR MARQUES	06/72	NC	09	RJ	13	06	587
ALTIMO JACINTHO DE ARAUJO	08/68	AGENTE	09	MG	15	05	326
ALUISIO FIGUEIREDO	10/70	COMISSARIO	09	CE	13	05	345
ALUIZIO SIMOES	02/65	POLICIAL	07	PE	15	05	114
ALUIZIO MADRUGA DE MOURA E SOUZA	01/70	1.TEMENTE	02	DF	15	05	193
ALUIZIO MADRUGA DE MDURA E SOUZA	05/69	1.TEMENTE	01	RJ	15	05	233
ALVARO ANTUMES	12/69	INSPETOR PF	08	MG	14	05	599
ALVARO BELMIRO DOS SANTOS	08/70	3.SARGENTO	02	PR	04	05	182
ALVARO CARLOS PRISSO	12/72	AGENTE FED.	08	ES	15	05	674
ALVARO GONCALVES DA COSTA LIMA	11/64	DELEGADO AUX.	07	PE	14	05	114
ALVARO GONCALVES DA COSTA LINS	01/65	DELEGADO AUX.	07	PE	15	05	466
ALVARO LOPEZ DA SILVA	12/71	SUB-INSPETOR	09	MG	13	05	198
ALVARO LOPEZ DA SILVA	02/69	INVESTIGADOR	09	SP	13	06	331
ALVI BELLES	03/70	2.SARGENTO	02	PR	15	06	033
AMADEU DA SILVA	01/72	1.SARGENTO AER.	04	RJ	13	05	201
AMADOR NAVARRO PARRA	04/72	INVESTIGADOR	09	SP	13	05	079
AMADOR NAVARRO PARRA	12/71	INVESTIGADOR	09	SP	13	05	663
AMADOR NAVARRO PARRA	02/73	INVESTIGADOR POL.	09	SP	13	05	670
AMADOR NAVARRO PARRA	01/67	INVESTIGADOR	09	SP	13	05	604
AMAURI JACQUES DANTON DA SILVA	10/70	POLICIAL	09	SP	04	05	681
AMAURY J. D. SILVA	12/70	ENC.ARQ.	09	SP	14	05	454
AMAURY JACQUES DANTON DA SILVA	07/71	FUNCIONARIO	09	SP	04	05	294
AMERICO ALVES DA SILVA	07/64	NC	02	SP	04	05	008
AMERICO BALDASSARINI	08/72	FUNCIONARIO PUB.	04	SP	04	05	668
AMERICO CARVALHO DE ALBUQUERQUE	06/71	AGENTE POL.FED.	08	SP	15	06	533
AMERICO CASTELLO BRANCO DE OLIVEIRA	11/64	1.TEMENTE	00	RJ	04	05	023
AMERICO DE MORAES	12/72	AGENTE FED.	08	ES	15	05	674
AMERICO DE SOUZA COIMBRA	04/68	INVESTIGADOR	09	SP	13	05	089
AMILTON MONATO BORGES	05/71	AGENTE POL.FED.	08	BA	15	06	612
AMACLETO HERNANDEZ	12/70	INVESTIGADOR	07	SP	15	05	180
AMACLINO VALERIO ALVES	08/69	MAJOR AV.	01	PA	15	05	234
ANDRE JULIATTO	04/64	SOLDADO	00	PR	15	06	292
ANDRE MIRAGLIA	08/68	AGENTE	09	MG	15	05	326
ANDRE MIRAGLIA	10/67	POLICIAL MOTORISTA	08	MG	15	05	078
ANDRE PREL MERNECK DE CARVALHO	04/64	NC	00	RJ	04	05	006
ANDRE UBIRAJARA BRAZ	02/67	AGENTE POL.FED.	08	RJ	15	05	460
ANDRE VARGA S .PALMEIRAS	04/64	2.SARGENTO	00	RJ	15	05	025
ANDRE VARGAS PALMEIRA	11/64	2.SARGENTO	00	RJ	15	05	023
ANELIO NUNES	09/66	SARGENTO	02	RS	04	05	287
ANGELO DRUZIANI	07/70	INVESTIGADOR	07	RJ	13	05	537
ANGELO OLAVO VALLI GARCIA	12/69	CAPITAO	02	RS	15	05	583
ANIBAL DE CARVALHO COUTINHO	09/66	CAPITAO ESCRIVAO	02	RJ	03	05	334
ANIBAL DE MELLO HENRIQUES	04/64	MAJOR	02	RJ	04	05	006
ANIBAL LOUZAMA	06/64	INVESTIGADOR	07	SP	15	05	255
ANNIBAL LOUSAMA	11/64	INVESTIGADOR	09	SP	13	05	008
ANOCK LEITE PENTEADO	06/65	1.SARGENTO	02	MT	15	05	132
ANTERO ALVES DE LIMA	10/69	POLICIAL	09	RJ	13	05	295
ANTERO ALVES DE LIMA	07/69	FUNCIONARIO	09	RJ	13	05	366
ANTERO ALVES DE LIMA	07/69	AGENTE	09	RJ	13	05	355
ANTERO ALVES DE LIMA	06/71	INVESTIGADOR	09	RJ	13	05	558
ANTONIO ALVES	09/71	AGENTE SEG.	09	PR	13	06	066

FEDERAIS DEVASSARÃO EXTINTO SPI

ECONOMIA

Posição de Paulo em Defesa do Café Ganharia Repercussão Nacional

Repercute intensamente em todo o País as manifestações do governador Paulo Pimentel contrárias aos novos níveis de preços do café anunciados pelo IBC. A decisão do governador de diminuir em 3% o ICM sobre o produto com o objetivo de auxiliar a cafeicultura a vencer os problemas decorrentes da descapitalização, foi recebida com aplauso em todas as áreas. Mensagens de entidades representativas das classes produtoras começaram a chegar ao Palácio Iguaçu, todas de solidariedade ao pronunciamento do chefe do Executivo.

O presidente em exercício da Associação Comercial, sr. João Chalbaud Biscala declarou que «o propósito do governador de sacrificar em parte o seu programa financeiro para impedir que a lavoura do café vá ao colapso, é uma prova de que o Governo do Paraná está sempre atento aos superiores interesses da economia interna». O presidente da Federação da Agricultura, sr. Paulo Patriani afirmou haver recebido «com emoção e informe de que o governador deter-

O DESESTIMULO
«O episódio do baixo preço do café segue, infelizmente, uma linha de atuação econômica de desestimulo à produção agrícola de que o Paraná é grande expressão», declarou ontem o presidente da Federação do Comércio, sr. Osmário Zilli, ressaltando «a corajosa decisão do governador Paulo Pimentel em comprometer o erário público em vez de contribuir para aniquilar a cafeicultura, ao reduzir em vinte por cento o ICM global incidente sobre o café».

O dirigente do empresariado comercial paranaense justificou que «os baixos níveis de cotação fixados para os cafés da safra 1968-69 atingem, diretamente, nosso Estado, que numa safra nacional estimada entre 17 a 19 milhões de sacas, contribui com mais da metade da produção. Esse sacrifício ao Paraná não é compensado, em todos esses anos, de forma alguma, compensando, seriamente, nosso esforço para a consolidação econômica».

O EVAZIAMENTO
«Peço contrário — salientou o sr. Osmário Zilli — enquanto não muda a política de desestimulo, à produção agrícola a lavoura vai dessangrando sem esperanças, desvitalizando economicamente nossas áreas do interior e desestimulando a livre capacidade empresarial e o aproveitamento do trabalhador. A descapitalização do Paraná é um fato que não pode ser ignorado e que estamos já, suportando duramente».

Continuou o presidente da Federação do Comércio do Paraná, acentuando: «Nesse quadro desestimulante, o governador Paulo Pimentel acaba de tomar uma atitude corajosa e administrativamente impressionante, que poucos adotariam. Prefereu reduzir os tributos que entrariam para os cofres públicos a contribuir para agravar a deteriorização dos rendimentos da cafeicultura».

PREÇO MESQUINHO
«Ante o dilema de um preço mesquinho, que prejudica econômico e financeiramente o Paraná, o governador preferiu ver prejudicada a área financeira, tentando minimizar os efeitos do novo preço do café sobre a economia dñe dependente, vale dizer, sobre todo o Estado».

MOTIVAÇÃO POPULAR
O presidente da Federação da Agricultura do Paraná declarou ontem, que a manifestação do governador Paulo Pimentel, anunciamdo que manterá o ICM na alíquota de 15% sobre o café é medida altamente elegível, porque documenta a motivação popular da Administração do Paraná, representando atendimento a uma sentida aspiração da população. Lembrou que essa era uma solução dramática e dirigente ruralista salientou que os reflexos positivos da medida governamental compensaria amplamente qualquer queda da receita conjuntural «porque o Paraná sairá responder com todas suas forças de economia livre a essa inteligente decisão do seu governador».

COM EMOÇÃO
Comentando a declaração feita pelo chefe do Executivo paranaense, o sr. Paulo Patriani acentuou: «Recebi com emoção o informe de que o governador determinaria a sustação no processo gradativo de majoração da alíquota do Imposto de Circulação de Mercadorias, iniciado neste mês em cumprimento de um convênio interestadual, sobre as transações com o café».

DIALOGO
«A motivação popular da decisão do sr. Paulo Pimentel é o maior ato cabedal que um governante pode aspirar — acrescentou — porque estava claro que com os níveis irrisórios anunciados pelo IBC para os cafés desta safra a lavoura não subsistiria à violência desse continuado evazamento econômico. Não cessamos de apelar ao governo da União que reexamine suas diretrizes na política cafeeira, orientando-se pelas lucidas e objetivas conclusões do II Congresso Nacional do Café que, há meses de um mês, o presidente Costa e Silva encerrou em Curitiba».

FRUTOS RÁPIDOS
«Mas nessa conjuntura, não ouvindo a

minara a sustação no processo gradativo de majoração da alíquota do ICM, iniciada neste mês em cumprimento de um convênio interestadual sobre as transações com o café».

E o sr. Osmário Zilli, presidente da Federação do Comércio enfatizou: «Nesse quadro desestimulante o governador Paulo Pimentel acaba de tomar uma atitude corajosa e administrativamente impressionante, que poucos adotariam. Preferiu reduzir os tributos que entrariam para os cofres públicos, a contribuir para agravar a deteriorização dos rendimentos da cafeicultura».

Os exportadores e representantes das entidades da lavoura cafeeira do Paraná lamentaram os novos preços dizendo que «mais uma vez a cafeicultura encontra a distância até o colapso total da atividade». As mesmas categorias na Guanabara ainda duvidam de que os preços anunciados pelo presidente do IBC sejam «de verdade» e dizem que só o ICM absorverá a elevação.

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL
«Agora, infelizmente, uma linha de atuação econômica de desestimulo à produção agrícola de que o Paraná é grande expressão», declarou ontem o presidente da Federação do Comércio, sr. Osmário Zilli, ressaltando «a corajosa decisão do governador Paulo Pimentel em comprometer o erário público em vez de contribuir para aniquilar a cafeicultura, ao reduzir em vinte por cento o ICM global incidente sobre o café».

Concluindo, o sr. Patriani disse que «esta consciência de que a medida do governador Paulo Pimentel é economicamente aprovável e politicamente inteligente, está manifesta nos aplausos que ela desperta em toda a coletividade. Os nossos colegas da liderança empresarial já aceitaram a aprovação unânime que dispõe a posição do governador. E a Agricultura, por nosso intermédio, manifesta sua calorosa gratidão ao sr. Paulo Pimentel, assegurando-lhe que, nesta hora difícil, o Paraná sairá responder com todas suas forças da economia livre, a essa inteligente iniciativa da Administração».

COMÉRCIO

O presidente do Centro do Comércio do Café do Norte do Paraná, sr. Olimpio Nogueira Monteiro, felicitando o governador, afirmou que o pronunciamento do sr. Paulo Pimentel sobre os novos preços do café traduz o pensamento da lavoura e do comércio decepcionados e sem condições de sobrevivência. Após ressaltar a importância da redução do ICM, de 18% para 15%, conclui o sr. Olimpio Nogueira Monteiro: «Esperamos que o Governo Federal, depois do pronunciamento do governador do Estado, ainda possa corrigir aqueles preços, salvando, assim, a cafeicultura nacional».

LAVOURA

Disse o sr. Justino Araripe Vieira, presidente da Associação Paranaense de Caficultores: «O governador Paulo Pimentel, mais uma vez, como autêntico defensor da cafeicultura nacional, traduziu a necessária advertência ao Governo da República sobre o tratamento injustificável dispensado ao café por homens improvisados e sem vivência, que desconhecem os problemas da lavoura e não enxergam o próximo fim da cafeicultura, com graves danos à nossa Pátria».

«Aumentou: «O ato do governador diminuiu o ICM é um exemplo da coragem e da franqueza que nunca faltaram ao atual Governo. Os preços oferecidos não correspondem à alta do dólar, ao aumento das utilidades e não pagam o custo do produto, nem de trazidorem o desprazer para os produtores que ainda são os maiores fornecedores de divisas ao País. Concluindo o presidente da Associação Paranaense de Caficultores: «O protesto e o pronunciamento do governador Paulo Pimentel merecem o nosso reconhecimento. Brevemente precisaremos de um síndico para administrar o espólio da cafeicultura».

BENÉFICOS
O sr. Jorge Kayamori, presidente da Associação Comercial de Londrina frisou que «não temos que nos congratular com o governador Paulo Pimentel. O pronunciamento do chefe do Executivo paranaense é sobremaneira oportun e sensato. E mais ainda o é a decisão de reduzir para 15% o ICM incidente sobre o café. A medida, inequivocavelmente, vem beneficiar o comércio de modo geral, em toda a região cafeeira, pois esse dinheiro ficará entre nós e contribuirá para melhorar o poder aquisitivo da lavoura. O nosso aplauso ao governador do Estado, que tão bem soube ficar ao lado da cafeicultura».

HOSKEN
O prefeito de Londrina, sr. José Hosken de Novais, ao tomar conhecimento do ato do sr. Paulo Pimentel, dirigiu-lhe o seguinte telegrama:

— Felicito o ilustre governador, pela esclarecida e patriótica providência, relativamente ao ICM sobre o café. Toda a região cafeeira aplaude a decisão de V. Exa. e a superior compreensão da função do Governo.

CONGRESSO TAMBÉM
O sr. Thyrso Silva Gomes, presidente da Comissão Executiva do II Congresso Nacional do Café, encarregada de executar as deliberações do conclave que se reuniu em Curitiba, enviou telegrama ao governador Paulo Pimentel, em que «congratula-se com a brillante atitude de Vossa Excelência, reduzindo o ICM sobre o café, em face da determinação de preços de sustentação reduzidos para a nova safra, anunciados pelo presidente do IBC».

Instituto Brasileiro do Café AVISO

O Presidente da Comissão constituida pela Portaria n.º 14, de 26.4.68, lavrada pelo Senhor Agente do Instituto Brasileiro do Café, em Curitiba, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que será realizado em data de 08 de maio de 1968, às 15:00 horas, no Edifício Souza Naves, Sede da Agência, sito no Largo Frederico Faria de Oliveira, 270 — 9.º andar — Sala 904, Convite de Preços para a recuperação, no prazo de 60 (sessenta) dias, de 125.000 (cento e vinte e cinco mil) sacos vazios, de 45 kg.

Para habilitação no referido Convite, deverão os interessados apresentar proposta em 2 (duas) vias, contendo o preço por unidade, e mais a seguinte documentação:

- I — Contrato Social, devidamente arquivado ou Estatuto Social (para as Sociedades Anônimas);
- II — Prova de idoneidade financeira, fornecida por estabelecimento bancário;
- III — Declaração de responsabilidade, firmada pelos sócios da empresa, comprometendo-se a cumprir, caso vencida, dentro do prazo estipulado, o referido serviço.

Curitiba, 30 de abril de 1968.

a) NILSON SANTOS
Presidente da Comissão

* A Delegacia Regional do Departamento de Polícia Federal vai instaurar inquérito para apurar a responsabilidade criminal de funcionários do extinto Serviço de Proteção aos Índios, SPI, lotados na 7.ª Inspector Regional. A informação é do coronel Waldemar Osvaldo Bianco, delegado regional que recebeu ontem os autos do inquérito administrativo realizado pelo Ministério do Interior. Nas próximas horas, deverá designar um Inspetor Federal para presidir o inquérito e proceder às investigações necessárias, nos Estados do Paraná e Santa Catarina.

Campelo

O Delegado da Polícia Federal não adiantou o número de funcionários indicados nem quando se iniciará o interrogatório dos culpados, que deverão ser processados e julgados pela Justiça comum. Informou, ainda, que o coronel Floriano Campelo, diretor geral do Departamento de Polícia Federal, passará o cargo ao general José Bretas Cupertino no próximo dia 6. Antes, o Diretor-Geral, exonerado há poucos dias pelo presidente da República, virá a Curitiba, retornando a Brasília para passar o cargo ao ex-comandante da ID/5 e atual Chefe da Diretoria de Armatamento e Munições do Exército.

POLÍTICA, ARTE...

(Conclusão da 2.ª pág. da 1.ª ed.)
minado candidato, ... Não há volume de propaganda ou de relações públicas que possa criar uma impressão favorável de candidato sem expressão».

Como está dito no prefácio do livro, os autores escreveram sobre política, políticos e a vida política. E na verdade, dentro da mesma linha de pensamento, combinaram «o conhecimento de ciência política com a realidade da experiência política».

E' outro lançamento que, com o "Manual de Política Prática", de Paul P. Van Riper — por nós anteriormente comentado — merece e deve ser lido pelo menos pelos que, aspiram ingressar no mundo político.

DIARIOS E EMISSORAS ASSOCIOADAS A MAIOR FÔRCA PUBLICITÁRIA E INFORMATIVA DA AMÉRICA LATINA

Com o Nôvo Atlético é Assim: DOIS CARROS NUM SÓ SORTEIO!!



O sr. Alvaro Belmiro dos Santos, residente à Rua Dezembargador Westfalen n.º 1.189, e Sargento da Polícia Militar do Exército, Quartel da Praça Ruy Barbosa, portador do Talão de Pagamento n.º 58.113, quando recebia as chaves do seu automóvel do Dr. Ernâni Santiago de Oliveira. — O sr. Nelson Marques, residente à Rua Getúlio Vargas n.º 2.702, representante comercial com escritórios à Rua Dr. Murici, 706, 5.º andar, quando recebia as chaves do seu automóvel do sr. Luiz Alberto Dias Menezes.

ESCLARECIMENTO

PORQUE FORAM ENTREGUES DOIS AUTOMÓVEIS

Em comunicado anterior, levamos ao conhecimento público termos resolvidos que, se o número sorteado em cada semana não tivesse sido vendido, o carro seria entregue pelo critério de aproximação. E, mais, para dar aos participantes da «A GRANDE JOGADA» maiores chances, que somente seriam postos em sorteio os títulos colocados à venda até o sábado.

Assim, aos sábados, após sorteadas as quatro bolas formadoras da milhar, seriam retiradas da esfera as bolas que sobrassem, de números que pudesssem formar uma dezena de milhar superior ao maior número COLOCADO À VENDA.

Os termos do citado comunicado, porém, não estavam bem claros e poderiam, eventualmente, dar causa a uma dupla interpretação. Poder-se-ia interpretá-lo como determinante de que entrassem em sorteio somente os Títulos COLOCADOS À VENDA, e, também, como de que entrassem em sorteio somente os títulos VENDIDOS.

Com relação ao sorteio verificado no sábado último, dia 27, os números sorteados, se aceita a primeira interpretação, trariam o seguinte resultado:

Bolinhas sorteadas durante a semana: 0-0-0-5-6-6-7-7-9. As quatro primeiras bolinhas sorteadas no sábado foram: 7.706. Restavam na esfera as bolinhas 9-7-6-5-0 e 0.

Tendo sido colocados à venda títulos até o número 59.999, deviam ser retiradas da esfera as bolinhas 9-7-6-5-0, porque, se uma delas fosse sorteada, o número ganhador seria superior a 59.999. Deviam permanecer na esfera as bolinhas 0-0-0-5-6-7-7-9.

Assim foi feito. Saiu a bolinha 5 e o número sorteado foi 57.706. Como esse número não estava vendido, como também nenhum outro mais alto, procedeu-se à verificação da aproximação mais baixa, resultando como ganhador o número 53.113.

Pela segunda interpretação, a situação poderia ser assim entendida: bolinhas da semana: 0-0-0-5-6-6-7-7-9. Quatro primeiras sorteadas: 7.706. Bolinhas que restavam: 9-7-6-5-0 e 0.

Se o maior NÚMERO VENDIDO era, como de fato ocorreu, o 53.113,

as bolinhas 9-7-6-5 deveriam ser retiradas da esfera, porque se qualquer delas saisse, o número sorteado seria superior ao MAIOR NÚMERO VENDIDO.

Deveriam, segundo essa interpretação, permanecer na esfera somente as duas bolinhas de número 0 e, então, o número ganhador seria o 07.706.

Como vemos, essa possível dupla interpretação levaria fatalmente a dois ganhadores. Entregar um só carro faria com que um pretenso ganhador se sentisse prejudicado.

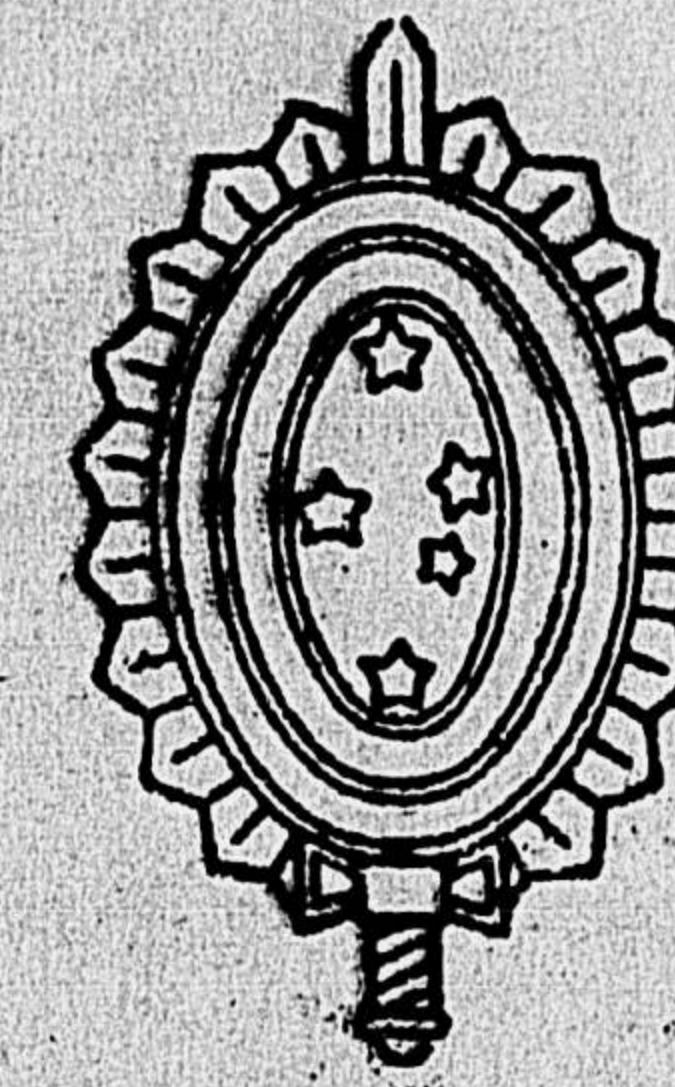
Decidiu, então, o Clube Atlético Paranaense entregar, excepcionalmente, e só nesta semana, dois automóveis, sendo um «EXTRA», além dos 56 previstos na promoção.

A partir deste momento, e para evitar a ocorrência futura de qualquer dupla interpretação, fica clara e definitivamente estabelecido:

- 1) Sómente serão considerados para os sorteios os números COLOCADOS À VENDA até os sábados;
- 2) Sorteadas nos sábados as primeiras quatro bolinhas, serão retiradas da esfera as outras que possam vir a formar um número maior do que o último COLOCADO À VENDA;
- 3) Sorteada a quinta bolinha, a dezena de milhar formada será o número sorteado;
- 4) Se esse número corresponder a um Título vendido e em dia com os pagamentos, esse será o ganhador;
- 5) Se a dezena de milhar sorteada corresponder a um número não vendido, ou em atraso com os pagamentos, o ganhador será aquele que tiver o número mais próximo, segundo o seguinte critério: primeiro a aproximação mais alta, depois a primeira abaixo, em seguida a segunda acima, e, assim, sucessivamente, até um máximo de 100 (cem) números acima ou 100 (cem) números abaixo, considerado inclusive o número sorteado;
- 6) Se, ainda assim não houver ganhador, o prêmio ficará acumulado para sorteio em outra semana, conforme o regulamento.

CLUBE ATLÉTICO PARANAENSE
A DIRETORIA

Exército



Alterações de praças

Quadro de Acesso para as promoções a graduação de Subtenente, 1.º Sargento e 2.º Sargento, em 31 de outubro de 1975, organizado em obediência ao prescrito no Art. 4.º do Dec 71.522, de 11 dez 72, e de acordo com o Regulamento de Promoções de Graduados do Exército (R-196), aprovado pelo Dec 62.247, de 8 fev 73, combinado com a Port Min 455-GB, de 16 out 69, e com a Port 249-EME, de 29 dez 72:

NÚMERO DE ORDEM — NOME — OM — NÚMERO DE PONTOS

3.º SARGENTOS

(Continuação do número anterior)
QMG 07 — QMP 201

102 — José Carlos Ferreira da Silva — IME — 578,300; 103 — Democleto Apulcro Correa — 2.º BIB — 578,120; 104 — Febrônio Correa Souza Filho (5) — 1.º B Fron — 577,590; 105 — Valdecredo Viana Silva Júnior (8) — 7.ª Cia Inf Mtz — 577,181; 106 — Celso Ricardo — BD Mun — 576,800; 107 — Aliomar Martins de Azevedo — Cia C 1 Ex — 576,180; 108 — Edgar Carvalho Vaz da Silva — 9.º BI Mtz — 575,692; 109 — João Pedro Volpato — STG 2.º RM — 575,270; 110 — José Fernandes Neto — Es SA — 575,150; 111 — Ilson Behling — 29.º BIB — 574,810; 112 — Carlos Augusto de Azevedo — CPORBH — 574,770; 113 — Mário José Brito — 16.º BI Mtz — 574,480; 114 — João Manoel Gonçalves Alves — 1.ª Cia Gd — 574,078; 115 — Francisco de Paula Pereira Alves — 9.º BI Mtz — 573,944; 116 — Oswaldo Rodrigues dos Santos — Cia C 11.ª RM CMP — 573,770; 117 — Raimundo Marques Cardoso — Cia C 8.º RM — 573,450; 118 — Lúcio Lopes da Silva — 24.º BC — 573,220; 119 — Akira Kiyohara — Cmdo 2.ª DE — 573,028; 120 — Carlos César Pitanga — 1.º-3.º B Fron — 572,850; 121 — Luiz Kunisch — 1.º BG — 572,810; 122 — Samuel Herculano de Amorim — Cia C 9.ª Bda Inf Mtz — 572,700; 123 — Dalvo Spiller Filho — DMB — 572,478; 124 — Cláudio Antônio Zinn — 23.º BC — 572,010; 125 — Celso Lacovazzo Iguatemy — 57.º BI Mtz — 571,750; 126 — Paulo Martins — 24.º BIB — 571,030; 127 — Celito Perini — 23.º BI — 570,136; 128 — Amaro da Silva Dantas — CMB — 569,890; 129 — Dívino Gleidiston Machado Araújo — 42.º BI Mtz — 569,750; 130 — Messias Jose da Silva — 26.º BI Pqdt — 569,690; 131 — Gilberto Brandt — 7.º BIB — 569,504; 132 — Moacir José Gomes da Silva — 3.ª DL — 569,500; 133 — Gilberto de Souza Barbosa — 24.º BIB — 569,50; 134 — Osimar Luiz Becher — 63.º BI — 569,410; 135 — José Carlos de Maceijo Duarte — Cia C 3.ª RM — 569,300; 136 — Jose Edson Craveiro de Albuquerque — Cia C 12.ª RM CMA — 569,200; 137 — Antônio Nobre Magalhaes — 9.º BI Mtz — 568,978; 139 — Carlos Cé-

Quadro de acesso de subtenentes e sargentos promoções de 31 de outubro

Lima Aguilar — 23.º BC — 534,010; 139 — Evaristao Junes — 2.ª Cia Inf — 533,330; 188 — Erlandim Vasconcelos de Paula (3) — 20.º BIB — 532,290; 189 — Enilde Mesquita da Costa — 1.º BI Mtz — 528,840; 190 — Zilardo Pacheco de Ávila — 9.º BI Mtz — 525,770; 191 — Paulo Cesar de Moraes — 1.º BG — 524,800; 192 — Marcos Reinaldo da Silva — 1.º BG — 524,400; 193 — Arnaldo Geraldo dos Santos — 42.º BI Mtz — 519,290; 194 — Eugênio Duarte — 2.º BFE — 517,360; 195 — João Evangelista de Souza — 1.º B Esp Fron — 517,290; 196 — Severino José da Silva (3) — 56.º BI — 514,350; 197 — Francisco Iram Fernandes — Cia C 10.ª RM — 514,080; 198 — Milton Moura Soares — 16.º BI Mtz — 512,820; 199 — Jair Generoso de Barros — Es MB — 509,750; 200 — Walter Hellminton Barbosa — 58.º BI — 507,380; 201 — Cláudio José de Souza (3-12) — 33.º BI Mtz — 504,760; 202 — Jamilda Silva (5-12) — Es IE — 488,120; 203 — José Augusto de Araújo Lessa (2-3-12-17) — 1.º BG — 477,050; e 204 — Marco Antônio Fellipe (1-3) — Cia C 5.ª RM DE.

Amparados pelo Art 14 do R-196

1 — Elvio Benhur Ribas — CRO 3.ª RM — 2 — 2.º Sgt Excd José Ferdinand Portela Andrade (3) — CMR; 3 — Elmír de Castro Padrone (3) — Cia C 2.ª Bda Inf; 4 — Alvaro Belmiro dos Santos (3) — 5.ª Cia PE; 5 — Vitor José Freitas de Oliveira (8) — 32.º BI Mtz; 6 — Milton Mota de Oliveira — 2.º BI Mtz; e 7 — Carlos Frederico Meyer Queiroz de Andrade — PCP.

QMG 08 — QMP 233

1 — Osmar Mauricio (9) — 20.º BIB — 826,190; 2 — Leonardo Oliveira (13) — FR — 714,750; 3 — José Anacleto de Lima Santos — 20.º BIB — 709,270; 4 — Milton Toneto — 61.º BI Mtz — 707,950; 5 — Luiz Figueiredo Neto — 21.º B Log — 704,310; 6 — Hércules da Silva Nunes — 8.º GAC Pqdt — 702,480; 7 — Silvio Giglioli — 2.º BG — 701,800; 8 — Nelson Wellington Freitas — GMPR — 700,550; 9 — Nézio Teruel Favone (3) — 4.º BIB — 698,400; 10 — José Vieira Couto — Es VE — 697,656; 11 — Antônio Félix da Silva — Cia C 11.º RM CMP — 693,402; 12 — Edson de Camargo Castro — 21.º B Log — 691,860; 13 — Cândido Caio Falcão da Silva (3) — 8.º RC Mec — 691,240; 14 — Carlos Alberto de Almeida dos Santos (9) — FA — 689,790; 15 — Osvaldo Gonzalez Sanches (3) — 2.ª Cia DAM — 689,250; 16 — José Gomes (3) — 1.º RO 105 — 688,804; 17 — Antônio Arraes de Oliveira — Det S Pqdt — 688,550; 18 — Hélio Castro Salgado — 20.º B Log Pqdt — 687,902; 19 — Getúlio Jaques (3) — H Gu CA — 679,630; 20 — Dircceu da Silveira Borges (3) — 1.º BPE — 679,080; 21 — Alfredo Li-

ma de Souza (3) — 19.º RC — 676,330; 22 — Eroni Gilberto Reginato — 20.º B Log Pqdt — 669,464; 23 — Adamastor Silva de Brito — 1.º RO 105 — 665,584; 24 — Dionisio Lopes de Andrade — 1.º-34.º BI — 660,150; 25 — Relnaldo Monteiro Cabral (3) — 25.º B Log — 658,034; 26 — Vilson Pereira Machado (3) — 3.º RC Mec — 654,270; 27 — Constantino de Salles Capanga — EMFA — 650,092; 28 — Gerardo de Lima Timóteo (3) — 7.ª Cia DAM — 633,800; 29 — Pedro Geyer dos Santos (3) — 3.º BE Cmb — 625,910; e 30 — Ivo da Silva (3) — 1.º RCC — 617,174.

QMG 09 — QMP 242 Amparados pelo Art 14 do R-196

1 — Wanderley Pedro Monteiro — BD Mun; 2 — Eronide Alexandre da Silva — 22.º B Log; 3 — Roberto Gonçalves Cerqueira — 1.º B Log; 4 — Olavo Lucas — 25.º B Log; e 5 — Fernando Ferreira da Silva (3) — 14.º B Log

QMG 09 — QMP 246

1 — Luiz Paulo da Silva (3) — 20.º B Log — 680,120; 2 — José Gomes de Freitas — IPD — 677,000; 3 — Antônio Gomes Mendes (3) — Gab Min Ex — 634,070; 4 — Atenir dos Santos Ramos — 7.ª Cia DAM — 538,500; e 5 — Ednaldo Fonseca de Oliveira — 25.º B Log — 532,570.

Amparados pelo Art 14 do R-196

1 — Achilles de Oliveira Pereira — 21.º B Log; 2 — Noboru Fuzisawa — 1.º-5.º G Can 90 AAE; 3 — Antônio Eri Batista (3) — 1.º BI Mtz; 4 — Alton Brasileira Bezerra (3) — 14.º B Log; 5 — Aurélio Macedo (1) — 5.º B Log; 6 — Raimundo Lobato Matos — 1.º B Log; 7 — João Kravetz (1-2-3) — DRAM 5.ª RM.

QMG 09 — QMP 248

1 — Jorge Arnoldo de Souza Barreto (3) — 19.º B Log — 555,600; 2 — Carlos Panni dos Santos (3) — Pq R Armt 9.ª RM — 547,240; 3 — José Milton Maciel — Pq R Armt 7.ª RM — 546,640; 4 — Joel José Moreira — B Mnt Armt — 528,860; 5 — Romulo Malinverni — DRAM 5.ª RM — 519,680; e 6 — João Luiz Schneider — DGP — 494,340.

Amparados pelo Art 14 do R-196

1 — Milton Carmo (2-3) — B Mnt Armt; e 2 — Ubiran Bellesa do Nascimento — Pq CMM.

QMG 09 — QMP 250

1 — Alton Mendes (3-8-9-12) — 1.º Cia Eng Dep Mnt — 709,630

QMG 09 — QMP 251

1 — Edison da Costa Albuquerque (3-11) — 18.º BI Mtz — 612,250; e 2 — Espedito Custódio

MILITARES

EXÉRCITO

Pára-quedistas fazem teste de Cooper

Os 1.050 recrutas incorporados à Brigada de Pára-quedistas comandada pelo General-de-Brigada Hugo de Andrade Abreu, estão sendo submetidos a testes de avaliação física, entre os quais o teste de Cooper. Os referidos testes visam permitir uma programação mais adequada para o curso de Pára-quedista e facilitam a seleção atlética.

Os testes estão sendo aplicados pela Subseção de Treinamento Físico e Desportos da Brigada de Pára-quedistas, responsável pela coordenação do preparo físico das pára-quedistas.

A Brigada de Pára-quedistas, torna-se, destarte, a pioneira na aplicação do teste de Cooper, em massa, nas Forças Armadas.

OLIMPIADA "DENTE DE LEITE"

Hoje, dia 22, às 8h30min, no Estúdio de Educação Física do Exército, terá lugar a abertura solene da Olimpíada Dente de Leite. Tomarão parte na parte solene, craques do passado e do presente, além de 2.200 crianças e 600 moças e senhoras que participam da Ginástica Feminina da Colônia de Férias. Terá lugar, também, disputa entre as seleções de futebol — dente de leite — da Guanabara e de Brasília.

POSSÉS DE GENERAL

Asumirão dia 25 (terça-feira), às 10 horas, em cerimônia a realizar-se no Estádio da Vila Militar, o cargo de Comandante da Primeira Brigada de Infantaria o General-de-Brigada Carlos Alberto Ribeiro, recentemente nomeado pelo presidente da República, para indicação do ministro do Exército. O ato revestir-se-á de solenidade, devendo comparecer as altas autoridades civis e militares, amigos, colegas e camaradas do novo comandante.

ATOS DO MINISTRO

O Ministro Orlando Geisel assinou portaria concedendo transferência para a reserva de primeira classe ao Capitão Med Ajuricaba Teixeira Brazão, e demissão do serviço ati-

vo do Exército, devendo ser relacionado na reserva de segunda classe, no mesmo posto, ao Capitão Eng. Rodolfo Bruno Schneider; mandando reverter ao serviço ativo do Exército os Primeiros-Tenentes Caryl Vicente Pereira e Waldemiro Gonçalves Bazzera; reformando, com os proventos do posto de Primeiro-Tenente, o Segundo-Tenente Ito Isto; e nomeando, por necessidade do serviço, Chefe de ER-5-4, sediado em Juiz de Fora, Minas Gerais, o Ten.-Cel. José Aravio Neto.

VETERANOS DE GUERRA DO BRASIL

A Legião dos Veteranos de Guerra do Brasil — Seção da Associação dos Ex-Combatentes do Brasil — Seção do Estado do Rio — Niterói, acaba de eleger e empossar a sua nova diretoria que dirigirá os seus destinos durante o biênio de 1972-1973, cujos membros são os seguintes: Presidente de Honra, José Roriz de Carvalho; Presidente, José Cardoso de Ataíde; Vice-Presidentes, Erwin Robert Uellendahl e Ary Mendonça de Almeida; Secretários Geral, Alberto Ferreira da Rosa; Adjunto, Ary Felisberto dos Santos; e de Assistência, Manoel Araújo de Souza; Diretor do Patrimônio, Marcos Evaristo da Paixão; Tesoureiro, José Augusto Carmelo e Américo Toso; Conselheiro, Júlio da Silva Monteiro. Comissão Fiscal — Argemiro de Oliveira, Álvaro Marques e Raymundo Sales. Suplentes: Reinaldo Pereira Sericiro, Maurício de Moura Diniz, Manoel Mendes da Silva, Cândido Martins da Silva, Dário Cunha dos Santos, Onides dos Santos, Ary Leopoldino de Souza, Antenor Joaquim da Souza, José Vital de Oliveira e Raul Jahu de Siqueira.

NOVO DIRETOR NA FÁBRICA DO REALENGO

Em cerimônia presidida pelo General José Canavarro Pereira, chefe do Departamento-Geral do Material Bélico, presentes outros altos chefes militares, amigos, colegas e camaradas, assumiu, ontem, pela manhã, o car-

go de Diretor da Fábrica do Realengo o General-de-Brigada Engenheiro Militar Altino Cunha, recentemente nomeado pelo Presidente Médici, por proposta do Ministro Orlando Geisel. O cargo foi transmitido pelo Coronel Engenheiro Oswaldo Pinheiro, que viu respondendo pelo mesmo.

PAULA COUTO NA VI DI

O General Adolfo João de Paula Couto, recentemente nomeado da VI Divisão de Infantaria, vai viajar para Porto Alegre, a fim de assumir a sua nova comissão, possivelmente, na segunda quinzena de fevereiro. Ontem, esteve no gabinete ministerial a fim de avisar-se com o Ministro Orlando Geisel para apresentar suas despedidas, o que foi feito por intermédio do chefe do Gabinete, General Moacyr Barcelos Potiguara, na ausência do chefe que já havia se ausentado.

MEDALHA MILITAR

O Ministro Orlando Geisel assinou portaria concedendo a Medalha Militar, aos seguintes oficiais e praças: De Prata, com passador de prata, por contarem mais de vinte anos de serviço — Maiores Adhemar Francisco Saravia Coelho, Fernando Onassis Guimarães, Germano Antônio Magalhães, Renato Alves e Cláudio Souza; Capitães Francisco Gonzaga de Oliveira, Renaldo Quintas Maglioli, Fernando Olinto Brizola Pitangua, João Luís da Costa Fernandes, Carlos Riesemberg Neto, Odalberto Alves Lobo Filho, Aldo Vieira Xavier da Costa, Carlos Alberto Barbosa de Barros e Wanderley de Paula Medeiros; Primeiros-Sargentos Adail Torres e Clávio Marinho Fausto; Segundos-Sargentos Antônio Medeiros, Heine Enna, José Barros Neto, José Padilhas de Holanda, Venício Francisco dos Santos, Verner Vasel, José Dirval do Nascimento, Orlando da Paixão Machado, José Ribamar Machado, José Ribamar Magalhães Bezerra, Athayde Silveira Gomes, Benedito Alves de Souza, Rocíol de Souza Bochi, José Maria da Silva Lima, Sebastião Gomes da Mota, Ageno Francisco Nunes, Alípio Steffanuto, Goval Amaro de Araújo, Ivar Araújo dos Santos, Nelson da Almeida Firmino e William Black; Terceiros-Sargentos Albino dos Santos, Alcides João dos Santos, Álvaro Belmiro dos Santos, Izaias de Souza, João Cândido de Oliveira, Claudécio Andrade Coelho, Albert Sartori, Jurandy Sampalo, Wanderley Aires Pinto, Geraldo Jérôme Blum, Benedito Martins Guimarães e José Joaquim Figueiredo; Subtenentes Acrílio Scholze, Paulo de Brito Costa, Fernando Castelo Moura dos Santos, Antonio Soares Neto e José Basílio Corrêa Neto; Primeiros-Sargentos Luis Carvalho Fer-

nandes, Bertholdo Schulz, Higinio Recuero Vitoria, José Ferreira, Crisóstomo Américo Lobo, Elcio Alves Cruz, Francisco Aderbal de Almeida, Benadir Rodrigues Bentes, Heilo da Rê Ismar do Carco Carvalho, José de Souza, Líonio de Araújo Leão, Lenvaldo Leonardo, Abadi Pereira da Silva, Aytron Ciraulo, Antonio Ferreira Neto, Sylvo Alexandre Nogueira Filho e Ivanildo Tendrio; Segundos-Sargentos Geraldo Itália Guimarães, Ernesto Lopes e Sebastião Moreira Dias; e Terceiros-Sargentos Aldo Ferreira de Araújo, De Bronze, com passador de bronze, por contarem mais de dez anos de serviço — Major Paullo Calheiros da Graciosa; Capitães Francisco Gonzaga de Oliveira, Renaldo Quintas Maglioli, Fernando Olinto Brizola Pitangua, João Luís da Costa Fernandes, Carlos Riesemberg Neto, Odalberto Alves Lobo Filho, Aldo Vieira Xavier da Costa, Carlos Alberto Barbosa de Barros e Wanderley de Paula Medeiros; Primeiros-Sargentos Adail Torres e Clávio Marinho Fausto; Segundos-Sargentos Antônio Medeiros, Heine Enna, José Barros Neto, José Padilhas de Holanda, Venício Francisco dos Santos, Verner Vasel, José Dirval do Nascimento, Orlando da Paixão Machado, José Ribamar Machado, José Ribamar Magalhães Bezerra, Athayde Silveira Gomes, Benedito Alves de Souza, Rocíol de Souza Bochi, José Maria da Silva Lima, Sebastião Gomes da Mota, Ageno Francisco Nunes, Alípio Steffanuto, Goval Amaro de Araújo, Ivar Araújo dos Santos, Nelson da Almeida Firmino e William Black; Terceiros-Sargentos Albino dos Santos, Alcides João dos Santos, Álvaro Belmiro dos Santos, Izaias de Souza, João Cândido de Oliveira, Claudécio Andrade Coelho, Albert Sartori, Jurandy Sampalo, Wanderley Aires Pinto, Geraldo Jérôme Blum, Benedito Martins Guimarães e José Joaquim Figueiredo; Subtenentes Acrílio Scholze, Paulo de Brito Costa, Fernando Castelo Moura dos Santos, Antonio Soares Neto e José Basílio Corrêa Neto; Primeiros-Sargentos Luis Carvalho Fer-

nandes, Bertholdo Schulz, Higinio Recuero Vitoria, José Ferreira, Crisóstomo Américo Lobo, Elcio Alves Cruz, Francisco Aderbal de Almeida, Benadir Rodrigues Bentes, Heilo da Rê Ismar do Carco Carvalho, José de Souza, Líonio de Araújo Leão, Lenvaldo Leonardo, Abadi Pereira da Silva, Aytron Ciraulo, Antonio Ferreira Neto, Sylvo Alexandre Nogueira Filho e Ivanildo Tendrio; Segundos-Sargentos Geraldo Itália Guimarães, Ernesto Lopes e Sebastião Moreira Dias; e Terceiros-Sargentos Aldo Ferreira de Araújo, De Bronze, com passador de bronze, por contarem mais de dez anos de serviço — Major Paullo Calheiros da Graciosa; Capitães Francisco Gonzaga de Oliveira, Renaldo Quintas Maglioli, Fernando Olinto Brizola Pitangua, João Luís da Costa Fernandes, Carlos Riesemberg Neto, Odalberto Alves Lobo Filho, Aldo Vieira Xavier da Costa, Carlos Alberto Barbosa de Barros e Wanderley de Paula Medeiros; Primeiros-Sargentos Adail Torres e Clávio Marinho Fausto; Segundos-Sargentos Antônio Medeiros, Heine Enna, José Barros Neto, José Padilhas de Holanda, Venício Francisco dos Santos, Verner Vasel, José Dirval do Nascimento, Orlando da Paixão Machado, José Ribamar Machado, José Ribamar Magalhães Bezerra, Athayde Silveira Gomes, Benedito Alves de Souza, Rocíol de Souza Bochi, José Maria da Silva Lima, Sebastião Gomes da Mota, Ageno Francisco Nunes, Alípio Steffanuto, Goval Amaro de Araújo, Ivar Araújo dos Santos, Nelson da Almeida Firmino e William Black; Terceiros-Sargentos Albino dos Santos, Alcides João dos Santos, Álvaro Belmiro dos Santos, Izaias de Souza, João Cândido de Oliveira, Claudécio Andrade Coelho, Albert Sartori, Jurandy Sampalo, Wanderley Aires Pinto, Geraldo Jérôme Blum, Benedito Martins Guimarães e José Joaquim Figueiredo; Subtenentes Acrílio Scholze, Paulo de Brito Costa, Fernando Castelo Moura dos Santos, Antonio Soares Neto e José Basílio Corrêa Neto; Primeiros-Sargentos Luis Carvalho Fer-

nandes, Bertholdo Schulz, Higinio Recuero Vitoria, José Ferreira, Crisóstomo Américo Lobo, Elcio Alves Cruz, Francisco Aderbal de Almeida, Benadir Rodrigues Bentes, Heilo da Rê Ismar do Carco Carvalho, José de Souza, Líonio de Araújo Leão, Lenvaldo Leonardo, Abadi Pereira da Silva, Aytron Ciraulo, Antonio Ferreira Neto, Sylvo Alexandre Nogueira Filho e Ivanildo Tendrio; Segundos-Sargentos Geraldo Itália Guimarães, Ernesto Lopes e Sebastião Moreira Dias; e Terceiros-Sargentos Aldo Ferreira de Araújo, De Bronze, com passador de bronze, por contarem mais de dez anos de serviço — Major Paullo Calheiros da Graciosa; Capitães Francisco Gonzaga de Oliveira, Renaldo Quintas Maglioli, Fernando Olinto Brizola Pitangua, João Luís da Costa Fernandes, Carlos Riesemberg Neto, Odalberto Alves Lobo Filho, Aldo Vieira Xavier da Costa, Carlos Alberto Barbosa de Barros e Wanderley de Paula Medeiros; Primeiros-Sargentos Adail Torres e Clávio Marinho Fausto; Segundos-Sargentos Antônio Medeiros, Heine Enna, José Barros Neto, José Padilhas de Holanda, Venício Francisco dos Santos, Verner Vasel, José Dirval do Nascimento, Orlando da Paixão Machado, José Ribamar Machado, José Ribamar Magalhães Bezerra, Athayde Silveira Gomes, Benedito Alves de Souza, Rocíol de Souza Bochi, José Maria da Silva Lima, Sebastião Gomes da Mota, Ageno Francisco Nunes, Alípio Steffanuto, Goval Amaro de Araújo, Ivar Araújo dos Santos, Nelson da Almeida Firmino e William Black; Terceiros-Sargentos Albino dos Santos, Alcides João dos Santos, Álvaro Belmiro dos Santos, Izaias de Souza, João Cândido de Oliveira, Claudécio Andrade Coelho, Albert Sartori, Jurandy Sampalo, Wanderley Aires Pinto, Geraldo Jérôme Blum, Benedito Martins Guimarães e José Joaquim Figueiredo; Subtenentes Acrílio Scholze, Paulo de Brito Costa, Fernando Castelo Moura dos Santos, Antonio Soares Neto e José Basílio Corrêa Neto; Primeiros-Sargentos Luis Carvalho Fer-

MARINHA

A integração da Região Amazônica, no menor prazo possível, ao processo sócio-econômico do País, é o grande desafio do Desenvolvimento e do Brasil Continental.

Tem sido dito e afirmado que a Marinha está presente na Amazônia há mais de cem anos; todavia, a maior glória não está em ter sido, e sim em ser novamente, sempre que "ser" for necessário.

E chegada a hora de uma revisão perspectiva sob a qual tem sido encarada a Amazônia. A nova perspectiva deverá abandonar os conceitos puramente marítimos, para aceitar condições continentais, impostas pelo devere de participarmos da Amazônia

do futuro. Com estas palavras introdutorias, o Ministro Adalberto de Barros Nunes alinhava um elenco de medidas da competência do Ministério da Marinha, já encaminhados à Presidência da República, cuja tônica é a revitalização de nossas ações na Amazônia.

MINAS GERAIS EM SANTOS

O Porta Aviões Minas Gerais realiza, hoje, dia 23, próximo ao porto de Santos, demonstração com autoridades sediadas no Estado de São Paulo, após a qual largará com destino a Salvador onde tomará parte nas comemorações do aniversário da Abertura dos Portos que se realizará

naquela cidade no período de 27 a 28 de corrente mês.

ARY PARREIRAS FAZ TRIMESTRAL

Chegará ao porto de Salvador, hoje, dia 23, o Navio-Transporte Ary Parreiras, da Força de Transporte da Marinha, que realiza sua primeira viagem trimestral de 1972, com a seguinte programação: Salvador 23 a 25, Recife 27 a 30, Natal 31 a 1º de fevereiro, Fortaleza 2 a 6, Itapuã 8, Belém 10 a 16, Santarém 18 a 19, Manaus 21 a 23, Belém 28 a 29, Fortaleza 2 a 3 de março, Natal 4 a 5, Recife 6 a 8, Macapá 9 a 10, Salvador 11 a 13, Rio

USS WABASH NA GUANABARA

Sob o Comando do Capitão-de-

Mar-e-Guerra R. P. Chrisler, visitará o porto do Rio de Janeiro o navio USS Wabash, da Marinha de Guerra Americana, no período de 26 a 29 de corrente mês.

INCORPORAÇÃO

Médicos, Dentistas e Farmacêuticos, convocados para prestarem o Serviço Militar Inicial na Marinha, serão incorporados no próximo dia 27, quinta-feira, às 9 horas, no saguão do 7º andar da Edifício do Ministério da Marinha.

Os convocados, que deverão estar no local a partir das 8h30min, trarão consigo completo com cabelos e barba de acordo com as normas militares.

AERONÁUTICA

O Ministro da Aeronáutica aprovou as instruções para o Concurso de Seleção e matrícula nos cursos de Medicina Aeroespacial e de Adaptação de Farmacêuticos e Dentistas da Aeronáutica, revogando a portaria anterior que regulava o assunto.

Poderão inscrever-se médicos, farmacêuticos e dentistas diplomados por escolas ou faculdades oficiais ou oficialmente reconhecidas e a inscrição depende de requerimento encaminhado ao Diretor de Saúde, acompanhado dos seguintes documentos: para os civis — a certidão de nascimento, provando ter o candidato menos de 33

anos referidos à data da abertura das inscrições; b) duas fotografias 3x4; c) carta patente de oficial da reserva, certificado de reservista ou certificado provando estar o candidato em dia com o Serviço Militar; d) título de eleitor; e) fólia corrida e atestado de residência passado por autoridade policial do local onde reside o candidato; f) declaração de que possui identidade moral para o oficialato assinada por dois oficiais da ativa das Forças Armadas; g) diploma expedido por faculdade ou escola oficial ou oficialmente reconhecida e devidamente registrado na Repartição com-

petente; h) carteira de registro no Conselho Regional de Medicina, Farmácia ou Odontologia, e i) títulos, trabalhos científicos publicados ou qualquer outro comprovante da atividade profissional no exercício da especialidade médica declarada. Para o militar exige-se permissão do Comandante da Organização Militar à qual estiver subordinado ou da autoridade militar correspondente, quando se tratar de militar de outra Força Armada ou Auxiliar. Os requerimentos de inscrição poderão ser entregues, para os civis, diretamente, na Organização da Força Aérea Brasileira, para aeroporto de continuidade, o tempo de serviço da corporação seja de 10 anos ou mais, na hora precisa, atrasos nos benefícios a que tem direito.

Novas turmas de intérpretes, bem como alunos da Escola de Formação de Oficiais serão utilizados na orientação e atendimento a turistas estrangeiros que estarão presentes à grande festa popular. As Unidades da Corporação dentro das diretrizes traçadas, vem instruindo seu pessoal no que diz respeito a serem cumpridas nas suas respectivas missões e áreas de responsabilidade.

O pessoal do serviço burocrático (oficiais e praças) assim como o dos diversos cursos em funcionamento na Corporação (alunos e instrutores) inclusive os componentes do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Pra-

ças, estarão empenhados num esforço conjunto para, a exemplo dos anos anteriores, garantir à população ordem e civilidade que todos esperamos.

Assim, efetivamente estará em ação no Estado do Guanabara cerca de 15.000 homens da Polícia Militar.

GRADUADOS DO EXÉRCITO SE ESPECIALIZARAM NA PM

Os graduados do Exército, 3º Sgt. Arlindo dos Santos e Cabos, Jonas de Souza Gonçalves, Sérgio Rodrigues da Silva e Sérgio Moysés, foram apresentados a esta PM, a fim de frequentarem o Curso de Especialização de Adestramento de Cães Policiais e de Guerra, em funcionamento na Companhia Independente de Cães de Policiamento, em Olaria.

O pessoal do serviço burocrático (oficiais e praças) assim como o dos diversos cursos em funcionamento na Corporação (alunos e instrutores) inclusive os componentes do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Pra-

cás, estarão empenhados num esforço conjunto para, a exemplo dos anos anteriores, garantir à população ordem e civilidade que todos esperamos.

Assim, efetivamente estará em ação no Estado do Guanabara cerca de 15.000 homens da Polícia Militar.

LICENÇA-PREMIO

Uma vez completado o tempo de serviço previsto em lei, obtiveram licença-prêmio servidores com exercícios na Secretaria de Educação e Cultura, como segue: de três meses, Janete Leite Borges, Theresinha de Jesus Elias de Melo, Regina Lucia C. Carvalho e Camilo Lelis Torres; de seis meses, Maria de Lourdes Costa Borges, Roxane Turos Campos e Lígia da Costa Guedes; e para EP-5, Sonia Maria da Silva Mariz.

ATUALIZAÇÃO DE ENDEREÇO

Vocês, que é sócio da Capem, principalmente se contribui através de Carnê, procure sempre manter atualizado seu endereço, a fim de facilitar o nosso trabalho em bem

servi-lo, evitando, na hora precisa, atrasos nos benefícios a que tem direito.

ENCERRADO NOVO CURSO DE AUXILIARES DA ADMINISTRAÇÃO

— Encerrou-se ontem o Curso de Auxiliares da Administração de Casas Assistenciais do Lar Fabiano de Cristo, realizado na sala de reuniões da sede da Capem e, que reunido 36 alunos, selecionados e enviados pelas Casas do LFC, nos Estados.

A solenidade de encerramento traduziu novamente a amizade e compreensão,

8159

Oldemar Teixeira Soares

BACHAREL EM DIREITO

Inscrito na O. A. B. Secção do Paraná sob n.º 1553

CURITIBA - PARANÁ

Colendo Conselho Permanente de Justiça para o Exército da Auditoria da 5a. Circunscrição Judiciária Militar.

Alegações finais no processo
nº 574.

Pelos denunciados :-

02 - Claudemir Onofre Feltrin	- com 23 anos
04 - Edson José Feltrin	- com 20 anos
08 - José Waldir Feltrin	- com 19 anos
09 - Josué de Godoy	- com 26 anos
10 - Manoel Cezar Mota	- com 18 anos
18 - Valdeci Pedro Feltrin	- com 17 anos

O processo nos narra dois fatos distintos : um teria ocorrido em Curitiba e o outro, talvez, no norte do Estado (Apucarana-Maringá)

Por economia processual os indiciados foram denunciados " por atacada ", pois uns nem siquer conheciam os outros co-réus.

Se a maioria dos acusados era desconhecida uns dos outros não poderia haver um laço de co-autoria entre o pretenso delito apontado na denúncia, praticado em lugares diferentes, numa reunião espúria de réus, gerando, consequentemente, uma acusação generalizada, em flagrante violação a toda sistemática processual.

Se a processualística criminal se baseia no crime em relação ao indivíduo autor, pelo princípio da individualização da pena, no caso, então, da co-autoria precisaria que ficasse aclarada e provocada se houve uma uniformidade de pensamento entre todos os denunciados.

Para uns denunciados, o MP pediu as penas previstas no artigo 43 e para outros, alem daquelas, mais as do inciso I do artigo 45, tudo do DL nº 898, de 29 de setembro de 1969.

Oldemar Teixeira Soares

BACHAREL EM DIREITO

Inscrito na O. A. B. Seccão do Paraná sob n.º 1553
CURITIBA - PARANÁ

2

8/10/80

" Reorganizar ou tentar reorganizar de fato ou de direito, ainda que sob falso nome ou forma simulada, partido político ou associação, dissolvidos por força de disposição legal ou de decisão judicial, ou que exerça atividades prejudiciais ou perigosas à segurança nacional, ou fazê-lo funcionar, nas mesmas condições, quando legalmente suspenso. Pena: Reclusão, de 2 a 5 anos ". (art 43 da LSN)

" Fazer propaganda subversiva, utilizando-se de quaisquer meios de comunicação social, tais como jornais, revistas, periódicos, livros, boletins, panfletos, rádio, televisão, cinema, teatro e congêneres, como veículos de propaganda de guerra psicológica adversa ou de guerra revolucionária ou subversiva : Pena : Reclusão de 1 a 3 anos ". (inciso I do art. 45 da LSN)

Claudemir Onofre Feltrin é apontado na denúncia como se tivesse ajudado seu irmão Edson José Feltrin a distribuir um jornal, em Floriano, em novembro de 1969. Nada mais se diz a respeito do mesmo.

Em seu interrogatório, de fls 707, refutou a imputação.

Edson José Feltrin, então com 20 anos de idade, a denúncia lhe atribue o fato de ter distribuído com seu irmão Claudemir o jornal *Ação Camponesa*.

Em seu interrogatório, de fls 709, nega o fato.

José Waldir Feltrin, com 19 anos de idade à época, a denúncia informa que esse acusado distribuiu o jornal AC-2, nas localidades de Floriano e de Floresta. Participou de pichamentos. Obteve lucro ilícito com a venda ilegal de psicotrópicos, Adquiriu um revolver calibre 38. Participou de u'a marcha de 25 quilômetros, preparando-se fisicamente para a luta de guerrilhas. Contribuiu com cerca de 60 cruzeiros para a compra de armamento.

Não foi interrogado por ser revel.

Josué de Godoy, a denúncia procurou esclarecer que esse acusado teria contribuido com dinheiro e emprestara uma Kombi de propriedade de seu sogro aos co-réus José Waldir Feltrin e Geraldo Majella, para lançamentos de jornais.

Em seu interrogatório, de fls 712, nega a imputação.

877

Oldemar Teixeira Soared

BACHAREL EM DIREITO

Inscrito na O. A. B. Seção do Paraná sob n.º 1553

CURITIBA - PARANÁ

3

Manoel Cezar Mota, com 18 anos de idade, a denúncia informa que o acusado procurou manter contato com a Fábrica Cacique de Café Soluvel, visando promover agitação daquela indústria, mediante panfletagem. Participou de u'a marcha de treinamento para guerrilhas.

Não foi interrogado, por ser revél.

Valdeci Pedro Feltrin, com 17 anos de idade, a denúncia informa que ele ajudou na redação do jornal Ação Camponesa nº 1, e tomou parte num pichamento.

Em seu interrogatório, de fls 711, não aceita a imputação.

As "confissões" dos acusados foram obtidas mediante constrangimento, pois, todos foram presos e submetidos a longos interrogatórios.

A confissão obtida mediante prisão, sem ser em flagrante delito, constitue constrangimento moral.

Nos autos, confessaram até que tomaram parte em pichamentos, sem que haja o menor resquício de prova.

O CPPM permite a retratação da confissão assim obtida.

É oportuno citar o seguinte princípio processual:

"Condenação baseada exclusivamente em prova de inquérito. Nulidade. O inquérito policial é inquisitório e constitui apuração sumária do fato. Tem o caráter de instrução provisória, cuja finalidade precípua é a de ministrar elementos necessários à propositura da ação penal" (cf art 9º do Código de Processo Penal Militar).

Não pode a condenação basear-se exclusivamente na prova obtida no inquérito policial, que tem apenas valor subsidiário. Nesse sentido decidiu o STF, no HC 40420, por sua 2a. Turma, relator o eminente Min. Eloy da Rocha (DJ 2/4/71, pág. 1301) Concedeu o Tribunal habeas corpus em face da sentença condenatória de primeira instância baseada exclusivamente em prova produzida no inquérito policial.

É oportuno reafirmar esse princípio de direito particularmente em vista dos processos por crimes políticos, nos quais a prova comumente se limita às confissões obtidas na fase policial, em circunstâncias de constrangimento bem con-

878

Oldemar Teixeira Soares

BACHAREL EM DIREITO

Inscrito na O. A. B. Secção do Paraná sob n.º 1553

CURITIBA - PARANÁ

4

bem conhecidas " (Revista de Direito Penal,
nº 2- abril/junho de 1971- página 97)

Todavia, em defesa de sua tese, o MP trouxe à colação três testemunhas de acusação .

Antônio Benedito Balbinotti, às fls 774, afirmou :

" que através do encarregado do inquérito tomou conhecimento a testemunha de aspectos globais, gerais, referentes a aspectos de participação dos indiciados "

Essa testemunha recebeu delegação do encarregado do IPM para proceder a diligências. Não poderia depor. Porém, informou que não conhecia os denunciados.

Alvaro Belmiro dos Santos, às fls 775, informou :

" que desconhece os fatos descritos na denúncia e sua possível vinculação com os acusados "

Nelson Heinzen, às fls 777, esclareceu finalmente :

" que não conhecia a nenhum dos acusados antes do inquérito ".

As testemunhas acima mencionadas, arroladas pelo órgão acusatório, encarregaram-se em destruir a tese do MP.

O processo ficou sem provas.

" No crime sem testemunhas, só se aceitam as declarações do réu, se apoiadas e provocadas, pois o que sem prova se afirma, sem prova pode negar-se "

As testemunhas informam que as declarações dos indiciados foram tomadas em clima de respeito e de serenidade. Por sua vez, o que os acusados falaram está corretamente escrito nos respectivos termos de declarações.

Porém, nenhuma testemunha afirmou que as declarações prestadas pelos acusados correspondiam exatamente às atividades dos mesmos.

Nem poderiam dizer-lo, pois nunca souberam, por ciência própria ou mesmo por ouvir dizer, de qualquer atividade dos denunciados.

Assim, mais uma vez, afirma-se que a prova testemunhal acusatória não existe no processo.

Não há nenhum elemento de convicção, nos autos, que possa corroborar que os acusados pertenciam ao Partido Operário Comunista . No Paraná nunca se ouviu falar em tal organização.

839

Oldemar Teixeira Soared

BACHAREL EM DIREITO

Inscrito na O. A. E. Seção do Paraná sob n.º 1553

CURITIBA - PARANA

5

Admitamos - só para argumentar - que alguns dos acusados, sem qualquer expressão política e por pedantismo, cogitassem (elemento subjetivo) de organizar o chamado POC.

O pensamento não é punível.

" Não há infração por pensamento, mas, apenas, por palavras ou obras " (Ulpiano)

Saindo da cogitação, esses acusados promoveram reuniões esparças, para troca de ideias, partindo o movimento, assim, para os atos exteriores.

Debateram - admitamos - procuraram um local, em suma preparam o momento exato que deveriam entrar em ação.

Essa primeira fase externa no iter criminis é a chamada preparação.

Entretanto, os atos preparatórios escapam à apreciação da Lei de Segurança Nacional.

Dos atos preparatórios, então, os acusados deveriam passar para a fase executiva. Da fase executiva à consumação.

Os autos do processo não nos apontam nenhum ato executivo no sentido de ter sido tentada a reorganização do partido político posto fôra da lei.

Só há tentativa quando o agente sai da esfera preparatória e entra na órbita da execução, senão no entanto, chegar à consumação do ato.

As simples reuniões para debates de qualquer assunto, desde que sem armas, é direito constitucional (§ 27 de artigo 155-Dos direitos e garantias individuais, da Constituição da República Federativa do Brasil).

Por outro lado, não há prova cabal que alguns dos acusados distribuiram jornal, boletins, panfletos fazendo propaganda subversiva.

Dois pontos fundamentais seriam necessários para a tipificação do delito em argüência :

- 1)- a prova do fato, em Direito, é constituída pelo Auto de Corpo de Delito. No caso em julgamento há a sua falta. Nenhum exemplar dito distribuído foi apreendido.
- 2)- só há publicidade quando o pronunciamento ou escrito ganha repercussão. Ninguem de Floriano ou de Floresta ou de qualquer outra localidade paranaense prestou qualquer esclare-

889

Oldemar Teixeira Soares

BACHAREL EM DIREITO

Inscrito na O. A. S. Seção do Paraná sob n.º 1553

CURITIBA - PARANÁ

6

esclarecimentos a respeito. Se não houve repercução, o meio foi inidôneo "

Os escritos de fls 262-263-264-265-266 e 267 devem ser considerados como clandestinos , descortezes, escritos em linguagem grosseiro, porém, jamais de caráter subversivo.

COLENDO CONSELHO DE JUSTIÇA.

Se a defesa não conseguiu convencer VV.Excias. da plena inocência de seus defendidos, então, data venia, VV. Excias. ficarão diante do seguinte dilema :

A Lei de Segurança Nacional é excessivamente rígida em relação a determinados delitos, criando situações de clamorosa injustiça quanto à apenação.

Neste caso, o princípio aconselhado pela Política Criminal é no sentido de ser encontrada uma conciliação entre os interesses do Estado e a oportunidade que os delinquentes primários e jovens devem ter para a volta ao bom caminho.

Por isso, nossas autoridades militares, em vários pronunciamentos públicos, aconselham que se dê uma chance de recuperação ao jovem.

Não seria jogando no fundo de um cárcere, que se promove a restauração da conduta do jovem.

Absolvendo-os, estará o Colendo Conselho castigando-os com afago.

Curitiba, 03 de abril de 1972

Oldemar Teixeira Soares - advogado.

1092

Oldemar Teixeira Soares

BACHAREL EM DIREITO

Inscrito na O. A. B. Seção do Paraná sob n.º 1553

CURITIBA - PARANÁ

Egrégio Superior Tribunal Militar.

Contra razões de apelação no processo nº 574, da Auditoria da 5a. CJM.

Pelos absolvidos

Claudemir Onofre Feltrin

Edson José Feltrin

Josué de Godoy

Manoel Cesar Mota

Valdeci Pedro Feltrin.

O apelo do MP, data venia, não merece acolhida.

Da leitura atenta das razões de apelação do Egrégio Acusatório destaca-se, tão-somente, o seguinte tópico :

" É bem verdade que os acusados quando interrogados em Juízo negam veracidade às imputações que lhes foram dirigidas pela denúncia, deixando, entretanto, de apresentar prova documental que secundasse a negativa da autoria " (O destaque não é do digno representante do MP).

Qual seria essa prova documental ? O MP exige que a negativa do fato, no ato do interrogatório, só prevalece se acompanhada de prova documental. Sem comentários ...

Em nossas alegações finais, de fls 875 usque 880, procuramos fazer um estudo suscinto do processo, pelo que, nesta oportunidade, a elas nos reportamos.

Com as nossas alegações finais, fizemos a juntada da farta documentação abonadora da conduta e do conceito dos acusados.

O que se afirma sem prova, também, sem prova pode-se negar. A denúncia é uma tese, que só poderá obter êxito se devidamente provada.

A prova é em Juízo. O MP procurou fazê-la por intermédio das testemunhas Antônio Benedito Balbinotti - fls 774; Alvaro Belmiro dos Santos - fls 775 e Nelson Heinzen - fls 777, que afirmaram, respectivamente :